

OS COMPROMISSOS BÁSICOS

O mais importante deles garante regras estáveis

Dez pontos constituem os compromissos básicos do governo Itamar Franco na área econômica, listados no primeiro dos dois documentos que compõem o programa de governo divulgado pelo ministro Paulo Haddad — as “Diretrizes de governo para ações de curto prazo”, com 20 páginas, e as “Diretrizes de ação governamental”, com 35 páginas. O mais importante deles garante a estabilidade das regras da economia.

Nesse documento, Haddad estabelece compromissos e objetivos para a estabilização e a retomada do crescimento econômico. O segundo é um documento conceitual, no qual o governo define o que devem ser suas grandes ações estratégicas, o relacionamento entre o Estado e a sociedade, o papel da União, dos Estados e municípios e as linhas de ação prioritária.

No documento de curto prazo, um capítulo descreve “as dimensões da crise e o desafio da estabilização”, seguido das diretrizes: reforma fiscal, reforma do sistema financeiro, equacionamento dos passivos e de outros problemas estruturais do setor público, aprofundamento das reformas estruturais, política fiscal austera, política



José Paulo Lacerda/AE

Itamar: dois documentos.

monetária de juros positivos, política cambial conservadora.

Também fazem parte das diretrizes de curto prazo uma política salarial e de tarifas que busque proteger o poder de compra dos trabalhadores e estimular a negociação direta e reajustes de tarifas alinhados com a inflação e a implantação de programas sociais e anti-recessivos que atenuem os custos sociais da recessão.

Ação estratégica

O documento de ação de médio e longo prazos define uma “concepção de desenvolvimento”,

marcada pelo objetivo de construir um país “economicamente mais eficiente, socialmente mais justo e politicamente mais livre”.

A perspectiva do documento é de duas décadas. Ele se divide nos capítulos das ações estratégicas — estratégias econômica, social e política; da ordenação do espaço nacional (que compreende as estratégias ambiental, regional e urbana); e das relações entre Estado e sociedade, que trata da divisão entre o público e o privado, do papel da União e do novo federalismo.

O documento prega uma ação política que leve em conta a pluralidade cultural do Brasil sob a “predominância dos valores éticos e político-institucionais do Ocidente moderno” e cita as 15 linhas prioritárias de ação: reestruturação produtiva, ciência e tecnologia, ensino fundamental, infraestrutura, formação de mão-de-obra, produção de bens e serviços de uso popular, saúde, produção de medicamentos básicos, modernização da empresa nacional, periferias urbanas, transformação da agricultura tradicional de subsistência, desenvolvimento do Nordeste e Amazônia, do Centro-Oeste e do Sul e defesa nacional.